

Uma ^{Direitos Humanos} condenação informal a Israel

Fórum paralelo de ONGs define o país como um Estado racista e provoca polêmica na conferência da África do Sul

DURBAN, ÁFRICA DO SUL – Um seqüestro. Assim tem sido definida por diversos participantes a atual situação da Conferência Internacional da ONU contra o Racismo, realizada na cidade sul-africana de Durban. O debate sobre a questão do racismo do Estado de Israel mobilizou as discussões – e imobilizou uma conferência que tinha por objetivo inicial discutir um amplo leque de assuntos relativos ao tema, como a reparação aos países vitimados pela escravidão.

Na manhã de ontem, cerca de 3.700 organizações não-governamentais que organizam um fórum paralelo divulgaram uma declaração na qual definiam Israel como um Estado racista, responsável por práticas que vão desde a limpeza étnica até o genocídio. O profundo mal-estar não se limitou à delegação israelense, chegando também à ONU, EUA, União Europeia e até algumas ONGs dissidentes.

Alicerces – Embora não tenham valor nas discussões oficiais de Durban, as declarações de ONGs muitas vezes influenciam a declaração oficial final, estabelecem os alicerces de discussões futuras e até influenciam resoluções da ONU. Ao que tudo indica, não será o caso desta vez.

“Acho que o fórum das ONGs, ao incluir o texto sobre Israel, diminuiu as chances de sua declaração ser adotada pela conferência”, afirmou a alta-comissária para Direitos Humanos da ONU, Mary Robinson. “Tinha pedido a essas organizações que não adotassem aquela resolução. Mas o processo de escolha foi democrático e eles foram adiante e adotaram-na. Mas eu também tenho o direito democrático de rejeitá-la”, disse a irlandesa.

A declaração – que defende que Israel é responsável por uma “sistemática perpetração de crimes racistas, incluindo crimes de



Partidários dos palestinos (E) discutem com integrantes da delegação israelense: ânimo acirrado

guerra, atos de genocídio e limpeza étnica” – perdeu também o apoio das principais e mais representativas ONGs internacionais. Antes da votação, a Anistia Internacional, a Human Rights Watch e a Federação Internacional das Ligas pró-direitos humanos se retiraram em protesto contra os termos fortes empregados.

“Israel está cometendo crimes de guerra e atrocidades contra o povo palestino, mas utilizar a palavra genocídio simplesmente não é exato”, diz Reed Brody, da Human Rights Watch. No rascunho da declaração oficial de Durban, a ONU não afirma que Israel pratica o racismo, mas menciona que “a ocupação estrangeira baseada em assentamentos é um novo tipo de apartheid, um crime contra a humanidade.”

No caminho – Como era de se esperar, a declaração desagradou profundamente os israelenses e deixou satisfeitos os países árabes que trabalham com afinco para incluir a condenação ao “Estado sionista” desde o início dos trabalhos preparatórios. O secretário-geral da Liga Árabe, o egípcio Amr Moussa, disse que “os árabes não vão se opor às condenações aos crimes cometidos contra os judeus no passado. Ao mesmo tempo, não aceitarão o silêncio acerca de qualquer práticas racista conduzida por Israel nos dias de hoje.”

O ministro das Relações Exteriores israelense, Shimon Peres, qualificou o texto como “um acesso de ódio”. Mordechai Yaidid, chefe da delegação do país em Durban, afirmou que as rela-

ções entre a ONU e Israel estavam em risco. “Demos claramente a entender que estamos num momento crítico de nossas relações com a ONU e suas diferentes instituições.”

Principal aliado de Israel em sua política externa, os EUA também protestaram contra a declaração do fórum paralelo, mas não conseguiram afastar duras críticas do anfitrião do encontro, o presidente sul-africano, Thabo Mbeki. “Acho que se os EUA tivessem dito: ‘não concordamos com essa posição em particular, vamos nos encontrar e discutir’, não teríamos tido isso que está acontecendo. Não se pode produzir a consequência e depois dizer: ‘Bem, nesse caso eu não vou’”. EUA e Israel boicotaram a conferência.

Durban, África do Sul – Reuters